

A sensibilidade do patrimônio cultural

Edmara Schuch¹
Kelli Bisonhim²

Resumo: O patrimônio cultural é considerado um bem extremamente frágil, sendo constantemente agredido e destruído. Porém, como podemos lidar com essas tensões que ocorrem a todo o momento? Essa discussão fica mais pertinente se analisamos o caso do patrimônio arqueológico, que possui singularidades únicas e está em constante perigo. Às tensões que envolvem esse tipo de bem são variadas. Principalmente quando estão localizadas na cidade, onde a mudança é constante. A cidade cresceu em locais, nos quais, antigamente eram áreas abandonadas ou rurais, com isso, a preocupação com o patrimônio arqueológico é muito importante, principalmente dentro do meio urbano. Entretanto, os conflitos entre a preservação do patrimônio e a sua destruição ocorrem a todo o momento, como podemos pensar em sua conservação, se muitas vezes aqueles que deveriam cuidar acabam por destruí-lo.

Palavras chave: Patrimônio Cultural, Cidade, Arqueológico.

“As civilizações desabam por implosão...
Depois, como um filme passado às avessas,
elas erguem em câmera lenta do chão.
Não há de ser nada...
Os arqueólogos esperam, pacientemente,
A sua ocasião!”
(Mário Quintana, em Quintana de Bolso)

Introdução

A ideia de patrimônio tem origem em meados do século XIX, quando surgem as primeiras preocupações com os monumentos históricos na França, e estava ligada ao movimento de formação da nação. A partir disso, à inquietação com a gestão desse patrimônio fica mais intensa, isso, porque apresentava interesse apenas no que tivesse maior monumentalidade, no caso, monumentos arquitetônicos e artísticos. Porém, essa ideia começa a ser modificada a partir do século XX, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial que arrasou a Europa, pois era preciso recuperar não apenas as cidades devastadas, mas também a história delas e da população que sobrevivera a essa destruição.

¹Historiadora e Arqueóloga atualmente prestando serviço para Sophia Arqueologia. Email: edmaraschuch@yahoo.com.br

²Arqueóloga e Gestora da empresa Sophia Arqueologia. Email: kelli@sophiarqueologia.com.br

Nesse momento surgem algumas recomendações para a preservação do patrimônio cultural, as chamadas Cartas Internacionais. Inicialmente esses documentos abordavam regras de conservação e restauração do patrimônio edificado ou arquitetônico, que era a maior preocupação naquele momento. Entretanto, o termo patrimônio cultural vai muito além do que era pensado inicialmente, e na atualidade ele abrange bens materiais e imateriais, expandindo consideravelmente as áreas de atuação dos profissionais ligados a essa temática.

Pensando que dentro do patrimônio cultural, temos o patrimônio arqueológico incluído como bem material, e este, já era mencionado em algumas cartas internacionais como a Carta de Restauro italiana (1931), a Recomendação de Nova Delhi (1956), a Carta de Veneza (1964), e a carta de Lausanne (1990). Todas trazem medidas de pesquisa, preservação e proteção, mas com relação aos sítios arqueológicos a Carta Internacional de Lausanne define em seu primeiro artigo que:

O “patrimônio arqueológico” compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados.

Analisando o que aborda a carta de Lausanne em seu artigo, nota-se uma preocupação com a gestão do patrimônio arqueológico, porém essa preservação ainda é difícil, tanto se discute sobre o assunto, mas, não se consegue fazer com que a destruição destes bens acabe. Principalmente quando tratamos de sítios arqueológicos localizados dentro de centros urbanos. Isso pode ocorrer pela falta de informação da população com relação a esse tipo de patrimônio, já que muitas vezes ele não se encontra visível. As tensões que envolvem a proteção e preservação dos sítios arqueológicos são inúmeras, principalmente nas cidades que estão em constante mudança. Porém, como despertar na população a preocupação com esses bens tão frágeis que muitas vezes, não estão visíveis? E como conscientizar as pessoas que elas são parte, deste grande sítio que é a cidade? E que cada um faz parte da história da cidade no seu tempo e espaço? Essas questões estão intimamente ligadas à preservação e a sensibilidade do patrimônio cultural.

Com relação à problemática que envolve o patrimônio arqueológico, podemos discutir infinitas questões, porém vamos nos deter apenas ao que diz respeito ao patrimônio arqueológico urbano.

O patrimônio arqueológico, à cidade e seus conflitos

A preservação do patrimônio cultural está atrelada diretamente com a discussão entre patrimônio arqueológico, cidade e seus conflitos. Pois, ambos estão ligados e a linha que os separa é muito tênue, pois a destruição de algum deles é irreversível. Durante muito tempo os arqueólogos voltaram suas pesquisas, para áreas consideradas pouco impactadas deixando a cidade e os grandes centros de lado, por considerar que estavam totalmente descaracterizadas e destruídas, já que a cidade se modifica diariamente.

A fragilidade do patrimônio arqueológico é enorme, ou seja, são anos de uma história que às vezes se perdem em segundos. Porém, a cidade precisa crescer, desenvolver-se e modernizar-se, e como realizar essas intervenções sem interferir ou destruir o patrimônio arqueológico? Como proteger melhor esses bens e preservar viva a história em um meio urbano de constante mudança na paisagem, essa relação entre paisagem e os sítios arqueológicos é extremamente importante, pois ambos estão ligados, desta forma a sua preservação num todo interfere também na constituição de uma memória coletiva.

A paisagem é um olhar através da lente humana, portanto, histórica, desde sempre, queiramos ou não. Introduzir a ela a categoria de urbana é optar por distingui-la no universo das cidades. Cidade, que deriva da polis, do cidadão, da cidadania, do exercício da ágora, o lugar da discussão dos conceitos, conseqüentemente afeta ao compromisso grego de democracia, a cidade governada por seus cidadãos. Dentro desta perspectiva, o nosso patrimônio, detém um conjunto de elementos, com raras exceções, está incluso dentro da concepção de estado nacional, contribuindo para alargar a construção da subcidadania, na medida em que a sua representatividade não corresponde à diversidade existente no país e sim constitui a memória construída de cima para baixo (BASTOS & SOUZA, p. 49, 2010).

Partindo do pressuposto que a paisagem urbana está inserida dentro da cidade, através de um olhar, podemos pensar que a preocupação com patrimônio arqueológico deve estar atrelada a um valor de significância ou ligada à memória. Assim, não podemos esquecer que nesses centros ainda possuímos pessoas trabalhando, morando ou apenas passeando. Por isso, temos que considerar a cidade um todo, que passa por transformações visíveis e invisíveis constantemente. Sendo assim, essas mudanças acabam sendo incorporadas pela sociedade, que com passar do tempo às absorve, segundo Meneses (p. 37, 2006) “sem práticas sociais, não há significados sociais. Mas, também não há significados sociais sem vetores matérias”.

Assim, não podemos imaginar um sem o outro, ou seja, a cidade só existe, pois as pessoas estão ali, transformando constantemente e deixando sua marca. Seja ela na construção de novos prédios, no alargamento de avenidas ou simplesmente na pintura das fachadas.

A relação entre o patrimônio cultural e a sociedade, vem de longa data e com isso, temos também os dilemas que envolvem esses dois temas. Essa relação nem sempre ocorreu de forma harmoniosa, isso porque durante muito tempo os sítios eram tratados como artefatos isolados, e não se conseguia assimilar essa homogeneidade. Porém, a arqueologia urbana considera a cidade como um todo, ou seja, ambos estão interligados de alguma forma. Sendo assim, ao olhar como um conjunto ou sistema único tornasse possível perceber como os níveis de desenvolvimento ocorreram e o seu processo evolutivo.

A cidade é o resultado de um processo de longa duração, constituída de camadas, onde os vestígios são mais ou menos abundantes conforme as fases de desenvolvimento ou recesso urbano. Estas, por sua vez, mostram-se no abandono, na destruição, na conservação ou na transformação das construções herdadas, conforme as necessidades de cada momento histórico. Do mesmo modo o desenvolvimento está atrelado às condições sociais, políticas, econômicas e religiosas, visualizado nas dilatações ou contrações do tecido urbano (GALINIÉ e ROYO apud OLIVEIRA, p.37, 2005).

O estudo da cidade é a principal fonte da arqueologia urbana, sendo assim, está deve ser tratada como tal, e analisada como um artefato que pode ser modificando constantemente. É possível dizer, que a análise da cultura material constitui-se na escolha pelo coletivo/grupo, enquanto sua materialidade evidencia a utilização de certas técnicas na produção de objetos, considerados como fenômenos de longa duração, podendo revelar quem eram e de que maneira viviam em determinada região. Hodder (p.135,1988) apresenta que a “cultura material existe porque alguém produziu e a fez para algo, através disso, percebemos as transformações expressas nos restos materiais relacionados ao comportamento de quem os produziu”. Assim, podemos pensar a cidade como um artefato.

(...) A cidade é coisa feita, fabricada. Artefato, no sentido mais genérico, é um segmento da natureza física socialmente apropriado, isto é, ao qual se impôs, segundo padrões sociais, uma forma ou uma função ou um sentido (seja conjuntamente, seja isoladamente ou em diversas combinações). Foi na condição de artefato que a cidade mereceu maior atenção dos estudiosos. Grande parte da literatura de história urbana, por exemplo, diz respeito à cidade tratada como artefato complexo: é a história dos padrões locacionais, das configurações topográficas, dos traçados urbanos e das formas arquitetônicas, dos arranjos espaciais, das estruturas, equipamentos, infinitos objetos (MENESES, p.36, 2006).

Essa visão de que a cidade era um objeto complexo, foi considerada por muitos arqueólogos durante algum tempo, o que fez com que as pesquisas fossem ocorrendo de forma gradativa. Essa nova área de atuação da pesquisa arqueológica, está relacionada com a gestão desse patrimônio, que por sua vez, permite uma compreensão do conjunto e das modificações que ocorreram neste processo de longa duração, até a concepção que temos nos dias de hoje, sobre o patrimônio arqueológico em meio urbano.

A preocupação com o patrimônio cultural surge para intensificar, os estudos no âmbito da arqueologia urbana, e na divulgação destes sítios. Assim temos algumas cidades no Brasil que já desenvolveram programas específicos para preservação dos sítios arqueológicos em meio urbano, mesmo com isso nem sempre conseguimos proteger os sítios arqueológicos, pois, muitas vezes, aqueles que deveriam proteger acabam por permitir sua destruição.

A visibilidade que a arqueologia urbana traz para o patrimônio cultural deve ser utilizada em benefício do mesmo. Oliveira (2005) quando propõe uma Carta de Potencial Arqueológico do Centro Histórico de Porto Alegre/RS, aborda sobre a preservação dos sítios arqueológicos, existentes no Centro Histórico, e discute que com as pesquisas realizadas na cidade e a sua divulgação. Pode-se refletir em um conhecimento e assim conscientizar, a população do quão importante é a preservação do patrimônio cultural arqueológico na cidade. Da mesma forma, Juliane (1996) em sua dissertação propõe uma forma de pensar o patrimônio arqueológico na cidade de São Paulo, na qual, devemos considerar vários elementos para sua caracterização e sua preservação.

Analisando os casos de Porto Alegre e São Paulo, poderíamos criar uma carta de potencial arqueológico para a cidade de Florianópolis, que seria muito interessante, pois temos uma variedade de sítios localizados, Schuch (2010) buscou levantar os sítios arqueológicos localizados no centro histórico, ou seja, pode-se pensar em expandir esse interesse pelos sítios arqueológicos e ampliar essa proposta de potencial para toda a ilha.

Devemos pensar na cidade como um conjunto onde temos o patrimônio arqueológico, junto com arquitetônico e que ambos estão ligados, não se pode pensar na preservação de um sem o outro, pois todo o contexto para existência do sítio está ligado ao seu entorno enquanto paisagem. Neste sentido o estudo aprofundado das cidades, pode revelar não apenas o patrimônio material, mas também, pode estar associada à cultura imaterial que existe. Pois não existe cidade sem vida, assim como não temos sociedade sem um espaço para convivência, independente do lugar.

Sendo assim, despertar na população que ela é responsável pela preservação do patrimônio cultural da cidade, não quer dizer transferir uma responsabilidade política para a sociedade. Mas, fazer com que ela, se conscientize que pode e deve proteger esses bens. Entretanto a utilização da cidade como vetor para a construção de uma identidade cultural com o patrimônio, seja ela coletiva ou individual, está atrelada a memória social. Assim, a memória é utilizada como suporte para criação da identidade, porém, segundo Meneses (p.34, 1984) “deve-se tomar certo cuidado com a memória, pois está é seletiva e facilmente induzida”. Neste sentido, o trabalho do arqueólogo dentro da cidade também deve tomar alguns cuidados, pois ele é quem atribui valor a um determinado sítio ou artefato. Partindo do pressuposto que a memória precisa de um suporte, neste caso, seria utilizado o patrimônio edificado para valorizar, e dar significado aos artefatos evidenciados de um sítio. Sendo assim, os dois tipos de patrimônio, edificado e arqueológico estariam ligados e complementando-se.

Mesmo com toda a visibilidade que o patrimônio cultural apresenta, ainda temos casos em que a sua destruição é melhor que a preservação. Assim, podemos imaginar o que acontece com o patrimônio arqueológico, que geralmente não está visível e quão grande é a sua perda. As obras públicas também se configuram como extremamente agressivas ao patrimônio arqueológico, cuja proteção vem sendo equivocadamente vista como um entrave aos grandes empreendimentos. Da mesma forma, só que com baixa visibilidade e quase silenciosamente, é observado o impacto, sobre o patrimônio arqueológico, das reformas e pequenas intervenções que ocorrem diariamente nas residências e nos pequenos estabelecimentos comerciais, dentro da rotina da cidade. Poderíamos citar vários casos, onde isso ocorre, seja pelo descaso de governantes ou pelo simples abandono e desconhecimento da sociedade.

Muitas vezes, a população passa por cima, do sítio e nem percebe do que se trata, ou simplesmente acha interessante, mas não tem preocupação com aquele lugar. Esse desinteresse da sociedade pelo patrimônio cultural deve-se pelo fato que não temos políticas públicas, para a sua preservação e nem incentivos para isso. Essa ideia de que o patrimônio arqueológico é um entrave ocorre por diversos fatores, pela falta de profissionais qualificados na área, pelo alto custo dos trabalhos e por ser considerada uma atividade demorada, já que não se pode prever o que existe embaixo do solo. Entretanto, a maior dificuldade é a de que outros profissionais como; engenheiros e arquitetos reconheçam a importância do trabalho arqueológico, aliado as obras de restauro, conservação e principalmente nas discussões que

envolvam o processo de urbanização das cidades. O arqueólogo não pode ser visto como um mero coadjuvante, mas como responsável pelo resgate e divulgação de artefatos por muitos considerados invisíveis.

A sociedade precisa ter consciência que o patrimônio arqueológico é tão importante, quanto qualquer outro tipo de patrimônio. Não podemos valorizar apenas as edificações, praças e ruas da cidade, mas preservar o patrimônio arqueológico que se encontra tão abandonado é extremamente importante. A utilização deste patrimônio assim como os demais, pela sociedade não pode ser apenas de forma indireta, ele deve estar ligado diretamente como a história local, e assim gerar um sentimento de pertencimento daquele patrimônio com a sociedade. Assim, poderemos fazer com que a preservação do patrimônio cultural, seja ainda maior, abrangendo varias cidades.

Considerações Finais

Avaliando todas as discussões sobre a preservação do patrimônio cultural no Brasil, e principalmente nas questões que envolvem o patrimônio arqueológico em meio urbano. É visível, que o descaso que ele sofre é muito maior que em qualquer outro tipo de patrimônio. Entretanto, essa potencialidade cultural da cidade, pode ser aproveitada em benefício do mesmo. Pois o patrimônio arqueológico poderia ser mais bem utilizado trazendo muitos benefícios para a população local. Sendo utilizado como vetor para impulsionar o turismo cultural na cidade, já que muitos buscam não apenas belas construções isoladas, mas todo um conjunto que envolva e conte sua história.

Algumas medidas simples, mas muito eficientes poderiam ser, como por exemplo, a utilização de prédios e casarões antigos nos centros históricos para moradia, assim, a vida voltaria com mais intensidade e as pessoas acabariam se sentindo parte deste patrimônio e assim tomariam para si a sua preservação. Sem dúvida, que para isso acontecer é necessário um investimento em política pública de preservação do patrimônio cultural. Essas políticas poderiam ser incluídas no plano diretor das cidades, ou nos seus estatutos. Pois, já estariam inseridas dentro dos planos de desenvolvimento e expansão das cidades.

Outro fator importante, neste caso, é a parceria entre profissionais que atuam na área patrimonial, pois somente assim a preservação ocorreria de forma coerente. Mas, enquanto o patrimônio arqueológico for considerado marginal, muito vai se perder. E para conseguirmos que o patrimônio arqueológico, seja preservado temos que primeiramente conseguir que este, seja reconhecido como tal, e para isso devemos buscar na educação um aliado, ou seja, as

atividades de educação patrimonial podem auxiliar para isso. Parafraseando Rodrigo Melo Franco de Andrade “A educação popular é o meio mais eficaz de assegurar a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional”. Não podemos deixar que esta parte da história nacional, regional ou até mesmo pessoal se perca, tornando-se apenas uma lembrança do passado.

Referencias

BASTOS, R. L. e SOUZA, M.C. de. (orgs.) **Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico**. 3ed. São Paulo: 9ªSR/IPHAN, 2010.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. da UNESP, 2006.

ICOMOS, **Carta para a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico** ICOMOS/ICAHM. Carta de Lausanne, 1990.

JULIANI, L. de J. C. O. **Gestão Arqueológica em Metrôpoles: Uma Proposta para São Paulo**. São Paulo, 1996, p.215, Dissertação de Mestrado da USP.

HODDER, I. **Interpretación en Arqueología: Corrientes actuales**. Barcelona: Crítica, 1988.

MENESES, U. B. de. “**A cidade como bem cultural – áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano**”. In: Patrimônio: atualizando o debate. São Paulo: 9ª SR, 2006. P.33-76.

_____. “**Identidade cultural e patrimônio arqueológico.**” In: Revista do Patrimônio Histórico e artístico Nacional, Nº20, 1984.

OLIVEIRA, A. T. D. de. **Um Estudo em Arqueologia Urbana: A Carta de Potencial Arqueológico do centro Histórico de Porto Alegre**. Porto Alegre, 2005, p.245 Dissertação de Mestrado, PUC.

PRATA, J.M. **Patrimônio Cultural e Cidade: práticas de preservação em São Paulo**. São Paulo, 2009, p. 184, Tese de Doutorado, USP.

SCHUCH, E. Arqueologia vai à cidade: proposta de zoneamento arqueológico para o centro de Florianópolis. Florianópolis, 2010 p.120, Trabalho de Conclusão de Curso, UDESC.

TEMIÑO, I. R. Arqueologia urbana em España. Barcelona: Ariel, 2004.